



## O realismo na arquitetura

### *The realism in the architecture*

**Luiz Carlos Da Cunha<sup>i</sup>**

Livre docente e doutor em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

[lckunha@hotmail.com](mailto:lckunha@hotmail.com)

[alexcunham@gmail.com](mailto:alexcunham@gmail.com)

Faz uns poucos anos que se pode assinalar modificações significativas na arquitetura brasileira, fugindo ao formalismo desvairado que a popularizou desde o seu aparecimento. Muito embora ela tenha se formado sob a inspiração de conceitos racionalistas, expostos pelo seu mestre mais autorizado – Le Corbusier – as condições básicas de mão-de-obra, equipamentos, clientela e programa, enfim, os meios materiais e sociais de realização se encontravam aquém do nível e qualidade exigidos pelo expressionismo racionalista, ou da expressão estética deduzida da técnica industrial. Nas circunstâncias inarredáveis de adaptação dos princípios à realidade, aqueles foram se fazendo cada vez mais esquecidos, até chegar ao abandono.

A precariedade construtiva de nossas obras, causa da incipiência de nossa indústria em geral, e de nossa indústria de construção em particular, como também do tipo de inversão econômica na construção, impuseram aos arquitetos o pouco caso pelo funcionamento e técnica, em benefício da valorização daquilo que era possível enfatizar numa arquitetura feita sobre tão rudimentares meios construtivos. As formas surpreendentes, a audácia aparente de vãos inexplicáveis, feitos mais para espantar leigos e receber o aplauso de uma crítica despreparada, do que atender a uma necessidade; a preocupação pela exterioridade; a desvinculação do projeto e realização; a função acomodando-se à forma, em substituição ao princípio “a função gera a forma”; ao invés de uma arquitetura pensada estruturalmente, uma arquitetura de aparência estrutural, onde a estrutura verdadeira é escamoteada, para deixar à mostra uma outra, aparatosa, porém falsa.

Dessa atividade surgiram algumas teorias destinadas a justificá-la. Com ligeiras variantes, resumem-se na ideia central de esconder ou menosprezar o conteúdo utilitário e econômico da obra arquitetônica, para fixar sua apreciação em critérios de um estetismo abstrato.



E o mais surpreendente, para nós, é que uma tal conceituação tenha partido de teóricos tidos como marxistas, materialistas dialéticos, por com seguinte. E na elaboração destas teorias metafísicas de esquerda, seus criadores, via de regra, buscam na arquitetura histórica seus melhores argumentos.

Nisto apenas demonstram a incapacidade de aplicar o materialismo histórico na interpretação da arte.

Viollet-le-Duc, interpretando o gótico e seu discípulo Choysie, desbravando a história da arquitetura, distantes de qualquer influência do marxismo, estavam mais avançados que nossos teóricos da arquitetura moderna brasileira. Pelo menos aqueles explicaram a arquitetura construtivamente, analiticamente. É que desaparecidas as gerações usuárias das arquiteturas passadas, desapareceu com elas a utilidade específica que as motivou, restando a obra em si para o julgamento dos pósteros, como se fosse um órgão sem função ou, como designou Goethe, por esta razão, “música congelada”.

A estes interessará menos se as obras atendiam bem ou mal as suas funções.

Elas não mais existem. Então aonde se fixarão para um – correto entendimento do passado? Na expressão construtiva – fundamento da estética arquitetônica. Expressão que é sempre proporcional aos desígnios da função utilitária (por isso que se pode, muitas vezes, desprezá-la na apreciação estética do passado), ao mesmo tempo que constitui o conteúdo objetivo das formas e, portanto, dos valores formais próprios da arquitetura. É assim que, neste aspecto, ela é privilegiada entre as artes, porque sua estesia se prende a fatores concretos, confrontáveis, comensuráveis, capazes, de como é o caso da nossa época, serem traduzidos às leis da matemática.

Possui uma estética que não admite a metafísica, mesmo quando disfarçada de manifestações materialistas. E querer fazer arquitetura hoje, abstraindo o seu conteúdo justificativo e concepcional, além de ser uma antinomia histórica, uma incompreensão da dialética, é fundamentalmente reacionária.

Estas considerações preliminares, tão somente prepararam um preâmbulo ao objetivo principal, que é o de assinalar a transmutação atual que sofre a arquitetura brasileira, notadamente a partir dos grande concursos nacionais como das Assembleias Legislativas do Rio Grande do Sulii, de São Pauloiii, e de Minas Gerais<sup>iv</sup>, Monumento à Revolução de 32v, Seminário Evangélico de São Leopoldo, Teatro de Campinas, DFSP de Brasília, Sede Nacional da Petrobrás no Rio de Janeirovi, nos quais predominaram a participação de jovens arquitetos oriundos de diversas escolas brasileiras.



Os resultados dos concursos a que nos referimos, vieram acentuar, aprimorar e confirmar uma tendência já demonstrada em obras realizadas dos arquitetos classificados. Os programas complexos exigindo um acurado estudo de funcionalidade; a necessidade de estabelecer um sistema construtivo tão logicamente elaborado, capaz de conquistar de chofre uma comissão julgadora; a previsão de todas as instalações complementares em que diversas soluções técnicas são cotejadas, em autocrítica incansável, até a recomendação da mais econômica, isto é, a mais harmonizada construtivamente com o conjunto das solicitações; as estruturas criteriosamente concebidas; enfim, o esforço competitivo para fazer a melhor arquitetura, através do qual os trabalhos vem adquirindo tal grau de exigências e erudição por parte de seus jovens autores, que alcançam o nível de projetos definitivos.

Esta reconsideração de atitude demonstrada nestes trabalhos, esta volta aos princípios norteadores do racionalismo que os concursos – por suas características de emulação tão bem evidenciam – estão fundamentadas nas modificações havidas na infraestrutura brasileira nos últimos dez anos.

A multiplicação e variedade das indústrias pesada e leve, a penetração de capitais estrangeiros, a expansão do mercado urbano, o crescimento da capitalização nacional, a modernização das inversões imobiliárias, a fortificação de uma burguesia autônoma em relação à burguesia burocrática ( como a chamou Caio Prado Júnior – esta classe que acumula capital sob influência e proteção da máquina administrativa estatal ) vieram diversificar as possibilidades de realização arquitetônicas.

Paralelamente, o país conhece as maiores inquietações políticas, com a popularização dos debates sobre os problemas nacionais numa amplitude até então desconhecida e impossível de efetivar-se no passado. E se esta popularização não chegou a levar a apreensão correta da realidade, se não chegou ainda ao conhecimento objetivo da dinâmica de nossa evolução, não significa que devam ser consideradas como tentativas inúteis de descobrir uma solução para seus problemas. Podem ter sido transitoriamente prejudiciais, mas foram experiências necessárias ao alcance da verdade.

É preciso compreender – e isto é o mais importante no assunto que estamos abordando – que a arquitetura contemporânea brasileira se formou na vontade de captar a realidade brasileira, expressão que nossa esquerda transformou numa espécie de escudo para muitas estultícias.

Na obstinação de conhecer a realidade, idealizou-se muitas realidades.



Certamente, por esta razão, que se confundiu o arranco inicial da arquitetura moderna no Brasil como sendo uma das expressões mais legítimas da cultura nacional e de raízes populares; e ainda consideradas como fatos categóricos indiscutíveis. Foi um erro compreensível e, até mesmo, justificável, no qual também nós incorremos.

Reconhecemos, outrossim, que as condições que geraram a arquitetura formalista também serviriam para desenvolver uma arquitetura funcionalista ou acadêmica, dependendo da reunião casual das possibilidades.

Logo, foram condições necessárias, indispensáveis, mas não suficientes. A suficiência reside na área de decisão intelectual, quando a consciência plena do fenômeno dá ao artista a capacidade de opção, o que faz de sua própria ação, de sua própria obra, instrumentos de verificação de suas hipóteses e propósitos conceituais. Faz deles os meios, cada vez mais apurados, para chegar à verdade.

A compreensão do problema é que dá lugar à procura da solução.

É neste estágio primeiro, de consciência da realidade e da necessidade, que consideramos as novas manifestações de nossa arquitetura moderna, como um passo à frente, decisivo e fecundo, porque abandona o estágio de alienação nacional para onde, inadvertidamente e irremediavelmente, o formalismo a conduziu. E dizemos que nossa arquitetura moderna foi essencialmente formalista, porque desconheceu a realidade econômica de nosso país e, quase sempre, a realidade utilitária e funcional da obra, que são formas de alienação da realidade econômica.

E sendo o Estado incapaz de estabelecer um controle econômico sobre suas próprias atividades, tão eficientemente como uma organização de livre empresa, em seu regime dominante, compreende-se porque o Estado transformou-se no grande cliente e patrono dessa arquitetura, onde os objetivos da racionalidade e economia na construção inexistem, ou são pouco considerados.

Esta alienação das condições econômicas por parte da arquitetura estatal não seria uma exceção em nosso caso.

Encontramo-la na arquitetura soviética.

Temos ali, sim, um caso extraordinário de alienação econômica, e tanto mais extraordinário e injustificável se atentarmos que ocorre num estado de economia dirigida e que se sustenta pelo princípio da intervenção consciente do homem no seu destino.

Até há pouco menos de dez anos, o estado soviético impôs um classicismo rançoso e formalista de edificações pré-fabricadas com incrustações de gesso.

Revista 5% Arquitetura + Arte, ano 15, volume 01, número 20, e161, p. 1-7, jul./dez., 2020.

ISSN 1808-1142 ♦ Desde 2005 ♦ disponível em: <http://revista5.arquitetonica.com/index.php/magazine-1/arquitetura/o-realismo>



No caso brasileiro, o formalismo modernista; no segundo, o formalismo acadêmico, ambos resultantes da alienação das condições histórica, social e econômica de seus países, em cujas concepções arquitetônicas a forma passou a ter valor em si, a ser manuseada como um fim, em contradição com as arquiteturas superiores, nas quais a forma deriva da construtividade, para satisfazer uma necessidade social e cumprir uma função utilitária.

Isto nos explica, entre outras razões exclusivamente brasileiras já apontadas, porque nossa moderna arquitetura se desenvolveu até agora em bases individualistas, preocupada no fundamental com a aparência, a novidade formal, e diferente, que lhe fazem tão próxima do romantismo na literatura e na pintura.

O individualismo, que foi a preocupação, a força, o conteúdo e a própria razão do êxito meteórico, foi também a qualidade essencial do movimento renovador na arquitetura brasileira, que nos levou a associá-lo ao romantismo. Esta primeira etapa de um conteúdo novo, rebelando-se contra uma estagnação passivamente aceita da forma consagrada. E se desencadeia como rebelião anárquica, com aquela nuance de aventureirismo que cobre toda ação romântica ou revolucionária, seja na arte, na política.

Assim como o realismo irrompe nas pegadas do romantismo depois que este esgotou as formas expressivas de sua época, na arquitetura brasileira, cujos primeiros passos se confundem indissolavelmente àquela explosão de criações em pintura, música e literatura que vem dos anos trinta, começa a esboçar, a traços vigorosos, o nascimento do realismo, como designamos esta volta conscienciosa aos princípios da lógica construtiva, deduzindo as formas da função e da técnica, como já apontamos acima em trabalhos de jovens arquitetos de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Não nos referimos a outros estados porque não nos foi possível ainda obter notícia a respeito. Mas sabemos que experiências no mesmo gênero e sentido estético têm surgido na Bahia e no Rio de Janeiro. Por causa disso, não hesitamos em batizar de escola realista as manifestações coerentes da moderna arquitetura brasileira, em resposta aos princípios românticos de sua implantação que, embora coeva das grandes transformações políticas, sociais e artísticas que atravessaram o nosso país no início do século, não chegou a formar escola.

Faltou-lhe a ligadura conceitual de unidade e clareza de propósitos.

No máximo unia, aquele disparatado de brilhantes personalidades, um ideal de socialismo abstrato, comprimidas no grande parêntese genérico do modernismo – prolongamento singular, como



já dissemos, de nosso romantismo. E que em matéria de arquitetura, chegou até nós totalmente desprendido das necessidades do povo brasileiro.

Eis a razão que marca a hora de levantar corajosamente sua crítica e autocrítica: medir sua participação histórica na formação cultural localizando-lhe as articulações mais frágeis que são aquelas de aparência mais forte. Situar o papel das individualidades e, por fim, constatar que um novo caminho já foi aberto a nossa frente.

Um caminho mais longo e difícil, marcado por criações mais caracterizadamente verdadeiras e nacionais, porque é um movimento sinérgico e ascendente, que aproveita a facúndia dos antecessores, aliada à capacidade de formular logicamente as soluções arquitetônicas como podem fazê-lo aqueles que conhecem a realidade.

Unem-se a imaginação e a técnica; o sentimento e a razão; a forma e o conteúdo; o ideal e o real; o projeto e a construção; a intenção e a expressão; a arte e a técnica; e assistimos ao surgimento da grande arquitetura brasileira.

Esta que Ferreira Gullar anteviu quando nos advertia:

“Não podemos viver eternamente de ilusões e de aparências, enquanto os problemas reais, em todos os campos, são compensados por fatos de exceção. Sem pretender dar lições a quem quer que seja, lembro aos arquitetos – e muitos deles já têm consciência disto – que o problema da arquitetura para os profissionais de um país como o nosso não deve se restringir ao campo das realizações individuais, mas que se torna um problema social de grande importância. É hora de derrubarmos os muros erguidos entre os conceitos específicos de arte ou profissão para vermos claro que tais conceitos são falsos, se ignoram a realidade social. Os arquitetos devem lutar para que se crie no país as condições que lhe permitem o exercício real de sua vocação a fim de que eles possam servir ao povo anônimo de sua terra e não apenas às minorias privilegiadas”.

E concluiríamos: mas esta luta deve estar presente na prática da criação arquitetônica.

Brasília, dezembro 1967.

## Mini currículo



Luiz Carlos Da Cunha é Livre docente e doutor em Arquitetura pela UFRGS. Catedrático por concurso FAU da UFRGS 1961/64. Professor Titular de Engenharia Civil na UNB (69/83). É autor de *Dialética Urbana* e *Análise e Síntese nas Artes Plásticas*. Prêmio Nacional de Urbanismo com o projeto: Porto Alegre ano 2000. Tem artigos publicados em jornais e periódicos como o *Correio Brasiliense*, *Correio do Povo*, *Zero Hora* e *Civilização Brasileira*.

[lckunha@hotmail.com](mailto:lckunha@hotmail.com)  
[alexcunham@gmail.com](mailto:alexcunham@gmail.com)

---

<sup>i</sup> Os Editores se propuseram a um resgate dos arquitetos e urbanistas autores, em número de três, publicados na Revista *Civilização Brasileira*. O presente artigo, cuja publicação, na íntegra, foi autorizada pelo autor, figura na edição ano III mar/abr 68. N.E.

<sup>ii</sup> Arquiteto Gregorio Zolko. N.E.

<sup>iii</sup> Arquiteto Adolpho Rubio Morales. N.E.

<sup>iv</sup> Arquiteto não identificado. N.E.

<sup>v</sup> Escultor Galileo Ugo Emendabili. N.E.

<sup>vi</sup> Arquitetos Roberto Luis Gandolfi, Jose H. Sanchotene, Abraao Assad, Luis Fortes Netto. N.E.

### Como citar:

CUNHA, Luiz Carlos Da. O realismo na arquitetura. **5% Arquitetura + Arte**, São Paulo, ano 15, v. 01, n.20, e161, p. 1-7, jul./dez./2020. Disponível em: <http://revista5.arquitetonica.com/index.php/magazine-1/arquitetura/o-realismo>

Submetido em: 2020-09-03

Aprovado em: 2020-09-21